



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ORAL

### **Cumprir a promessa de aperfeiçoar o sistema de gestão dos templos de Macau**

No dia 14 de Junho, a queda de ramos de uma árvore antiga - “Ficus microcarpa”, com cerca de 10 metros de altura, com mais de 200 anos de idade, no Templo de Tin Hau, situado na Rua dos Pescadores, infectada por podridão radicular, com ramos murchos, casca rachada, etc., causou danos no telhado do Templo. O IAM afirmou que já tinha enviado ofícios às respectivas entidades e aos proprietários, exigindo-lhes que procedessem à conservação e protecção das suas árvores antigas, de acordo com a lei; e o IC afirmou que ia proceder ao restauro do telhado do Templo. De facto, que eu saiba, o Templo de Tin Hau, situado na Rua dos Pescadores, é composto por dois pisos, superior e inferior, sendo a sua gestão assegurada por diferentes titulares. Neste incidente, a árvore antiga e o templo danificado estão localizados em áreas cuja gestão pertence a diferentes titulares. Para já, o caso foi resolvido, mas o que mais preocupa a população é como as autoridades vão fiscalizar a gestão e a preservação dos templos de Macau, nomeadamente, das suas construções de interesse histórico e do seu património cultural intangível - crenças e costumes.

No passado, foram muitos os conflitos relacionados com o direito de Administração dos templos, como, por exemplo, em 2007, alguém encerrou



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

subitamente o Templo de A-Má, sem consultar o Governo nem informar o sector do turismo. O Templo de A-Má é o templo mais famoso de Macau e património mundial, assim, o incidente despertou a atenção da comunicação social do exterior, o que constituiu um impacto directo para a imagem turística de Macau.

Ainda, em 2013, devido à mudança do responsável do Mosteiro Yao Shan, um pavilhão lateral, após remodelação, passou a pavilhão de orações, pelo que foi necessário resolver a questão das cerca de 7 mil tabuletas ancestrais que lá estavam, o que originou uma acesa discussão na sociedade sobre a gestão dos templos.

Há que reconhecer que, nos últimos anos, o Governo efectuou trabalhos de salvaguarda e preservação das construções do património cultural, mas, depois da preservação do “hardware”, o mais importante é desenvolver bem o “software”, pois é o ponto fulcral para a promoção da história e da cultura de Macau. Os referidos problemas de gestão afectam a imagem turística de Macau, mas o mais importante é que, se o Governo não definir critérios para regular os templos, a cultura das crenças e costumes com valor histórico vai provavelmente desaparecer gradualmente.

Existem actualmente em Macau mais de 40 templos, construídos principalmente pelo Governo, pelo Governo e a população, ou pela elite local e a população. A maioria desses templos não tem registo oficial de propriedade, pois só uma pequena parte dos templos foi construída por particulares, que detêm o direito de propriedade e gestão. Actualmente, a gestão real da maioria dos templos é assegurada pelas



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

associações, pelo pessoal que está destacado para tomar conta do templo, etc. Mas, após vários anos de funcionamento, houve, sucessivamente, litígios nalguns templos sobre a sua gestão, e até mesmo situações de haver dois órgãos responsáveis pela gestão de um mesmo templo, e ainda gestão insatisfatória nalguns deles. Mais, como não há registo oficial de propriedade dos templos, e como o Governo não dispõe de nenhum regime de registo dos gestores dos templos, muitos deles depararam-se com muitas dificuldades e limitações na apresentação de pedido para aumento da potência dos contadores de água e de electricidade, bem como de qualquer pedido formal junto do Governo, então, é natural que o nível de gestão dos templos não possa ser elevado.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades devem criar um regime de registo dos templos, com vista a proceder ao registo dos seus gestores, clarificando a sua identidade; facilitar a coordenação dos trabalhos de gestão e a regulamentação da gestão dos templos de Macau; e ainda, para além de respeitar a história, permitir que os gestores dos templos assumam formalmente a sua qualidade de gestores exercendo as suas funções, para reduzir os conflitos e elevar o nível de gestão dos templos de Macau. Vão fazê-lo? As autoridades devem divulgar a lista dos templos de Macau e as informações das entidades de gestão, para facilitar a compreensão e a fiscalização do público sobre a gestão dos templos. Vão fazê-lo?

2. No ano passado, o IC afirmou que as autoridades tinham organizado



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

periodicamente reuniões de trabalho com os gestores de todos os templos de Macau, para apoiá-los a elevar o nível da gestão. Para além da implementação das “Instruções para a segurança contra incêndios nos templos”, nos últimos anos, que trabalhos concretos foram desenvolvidos pelas autoridades no âmbito da fiscalização e gestão dos templos?

3. Face aos conflitos na gestão do Templo de A-Má, em 2008, na resposta a uma interpelação de um Deputado, as autoridades afirmaram que tinham aperfeiçoado o “Guia de Gestão de Templos”, clarificando as responsabilidades e os deveres dos gestores dos templos que integram a Lista do Património Mundial, e prometeram que iam aperfeiçoar, gradualmente, o regime de gestão dos templos. Mas, até ao momento, o referido Guia e o regime de gestão ainda não foram oficialmente publicados. As autoridades devem divulgar, de forma sistemática e completa, o referido Guia. Vão fazê-lo? Na altura, o Governo prometeu ainda que ia “criar um comité com prestígio de gestão de templos para coordenar a administração de todos os templos de Macau”, afirmando ser um objectivo comum do Governo e da sociedade no futuro; reconheceu ainda que a gestão dos templos é uma questão legada pela história e que o seu tratamento e resolução exigem vigor, coragem, inteligência e paciência; e prometeu que ia envidar esforços contínuos e aperfeiçoar gradualmente o regime de gestão dos templos de Macau, elevando o seu nível de gestão e protecção. No entanto, já se passaram 15 anos e ainda não se registaram avanços. Assim sendo, de que planos concretos e calendarização dispõe o Governo em relação aos compromissos?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

28 de Junho de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**